

## XI. Resultados e alternativas

Fernando Henrique Cardoso  
Geraldo Müller

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 150-163. Resultados e alternativas. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## XI. Resultados e alternativas

Os elementos de avaliação sobre as “políticas de ocupação” da Amazônia que passamos em revista – desde a análise socioeconômico-demográfica e a descrição da montagem do instrumental administrativo-institucional capaz de permitir a intervenção governamental na valorização e ocupação da área, até às informações sobre os programas de colonização, os incentivos fiscais para a exploração agropastoril e a Transamazônica – talvez permitam uma apreciação mais global e objetiva do estado atual do “problema amazônico”.

Convém destacar que a ocupação amazônica, como se viu, é um processo antigo. Tanto nas cidades-chave da região (para começar, Belém e Manaus) como em pontos estratégicos específicos, o adensamento relativo da população é processo enraizado. Em 1970, cerca de metade da população da área era *urbana*. Deixando um pouco à margem estas áreas, convém notar que a migração espontânea, especialmente entre Maranhão e Pará, para atender à coleta de castanhas e para a pequena produção doméstica e camponesa, foi significativa desde os anos 20. Especialmente no Maranhão – Estado que possuía cerca de 3/4 de população rural – houve incremento populacional forte e espontâneo entre 1960 e 1970. Observando esta tendência e com o mesmo propósito de corrigir os “excessos populacionais” do nordeste, a SUDENE, em seu início, também propôs a colonização das terras “férteis e úmidas” do Maranhão. No começo de 1950, o fluxo de migrantes rurais começou a transpor o rio Tocantins, na fronteira entre o Maranhão e o Pará. Mais tarde, a estrada Belém-Brasília alcançou esta região e a partir de nós de comunicação como Imperatriz, no Maranhão, ligou esta área de penetração camponesa espontânea com o sul do país, dando vazão à produção agrícola. Graças a estes processos de interconexão entre a produção camponesa e os mercados, bem como graças ao papel complementar daquela produção frente à do capitalismo agrário do centro-sul a produção camponesa “pareceria estar-se desmarginalizando gradualmente”<sup>138</sup>.

---

<sup>138</sup> VELHO, Octávio Guilherme – *Modes of Capitalist Development, Peasantry and the Moving Frontier*, Ph.D. dissertation, Universidade de Manchester, 1973, p. 218. Este estudo é fundamental para a análise dos problemas aqui enfocados. Nele nos baseamos para as afirmações acima, especialmente no Capítulo 13, “The Amazon Frontier and the Peasantry”.

Esta “fronteira móvel” ligou-se à área do sul do Pará, onde, como se viu, intensificou-se a exploração agropastoril e onde havia terras “disponíveis” ao redor de Marabá e era possível exercer uma economia extrativa (a ligação fez-se entre Imperatriz, no Maranhão, Estreito, em Goiás, e Marabá, no Pará). Pouco a pouco, maranhenses e outros brasileiros, primeiro passando por Imperatriz e depois dirigindo-se diretamente ao Pará, começaram a penetrar na selva e a ocupar terras “livres”. Este processo de ocupação, caracterizado tanto pelo adensamento de pontos de apoio a beira-rio, quanto pela penetração no “centro” das terras (com ocupações de, em média, 100 ha por propriedade), foi significativo nos últimos dez anos.

Não apenas na região norte-ocidental do Maranhão e sul do Pará houve fluxo espontâneo de migrações. Também na área de Rondônia, no Acre, em pontos específicos da fronteira, dinamizados pela estrada Brasília-Acre, e no interior, pela estrada Porto Velho-Manaus, constatavam-se os avanços da “fronteira móvel” dos migrantes. Além disto, em áreas estratégicas, na direção da fronteira norte-ocidental, os batalhões militares adensavam a população e criavam condições de infraestrutura para a ocupação da área.

Se somarmos estes processos espontâneos às informações sobre a colonização dirigida do passado e ao adensamento de ocupação urbana na região amazônica, vê-se que a ocupação da área obedeceu a dinâmica bem mais complexa do que a que se deixa entrever pela política do governo Médici com seus projetos-impacto concentrados na Transamazônica.

É certo que o apoio dado à dinamização de Manaus com a criação do “porto livre” (SUFRAMA) e a localização dos “projetos industriais estratégicos” indicam que as políticas de ocupação não se limitaram à valorização das terras virgens. Entre os projetos industriais, o mais antigo – e melhor sucedido economicamente – foi a instalação no Amapá, na serra dos Navios, de uma área de exploração de manganês, controlada pela United States Steel Corporation e pela ICOMI. Também o projeto Jari prevê o aproveitamento de celulose e com o mesmo propósito instala-se uma fábrica na baía de Marajó, no Pará. Aparentemente busca-se atualmente fazer acordos semelhantes (mas com participação de empresas estatais) para explorar o ferro da serra dos Carajás, no Pará, complementado pela usina de aço de Itaquí, no Maranhão, e por uma estrada de ferro, e para a exploração, perto de Belém, de alumina e alumínio (ALBRAS). É cedo para julgar os

efeitos destes programas (ainda em fase de planejamento e negociação). O debate está aceso principalmente quanto à localização e quanto ao tipo de transporte a ser usado (por estrada de ferro ou fluvial). No caso do projeto Amapá – único em franca exploração – o número de empregos diretos gerados foi modesto, as condições de vida dos trabalhadores e técnicos melhoraram, instalou-se uma espécie de “enclave” e, simultaneamente, não nas minas, mas no porto, houve a criação de zonas “inchadas” que atraíram mais mão de obra do que a economia “moderna” pode absorver.

Diante do tamanho do desafio amazônico e da complexidade do problema, continua de pé a questão de saber porque o governo se, lançou na abertura da Transamazônica e na experiência de êxito presumivelmente decepcionante de colonização em áreas tão distantes das zonas para as quais se movia a fronteira agrícola (com exceção de Marabá).

A consciência de que existia um “vazio” no norte – o Inferno Verde – é antiga no país. Do mesmo modo, a cada certo tempo voltava-se a falar da “cobiça” estrangeira. Pelas declarações que foram transcritas em partes anteriores deste trabalho verifica-se que os mesmos argumentos, apresentados de forma um pouco mais sofisticada, estiveram em voga nos anos 70<sup>139</sup>. Cumpre recordar que houve acesa polêmica nos anos cinquenta, a partir da proposta feita à UNESCO pelo delegado brasileiro para criar-se o Instituto da Hiléia Amazônica e que fora utilizada por “especialistas estrangeiros” para sustentar a ideia de “internacionalização da Amazônia”. Depois de acres acusações contra tal pretensão, e em resposta a ela, criou-se o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Posteriormente, em julho de 1968, foi divulgado outro projeto, o Relatório Hudson, propondo, por sugestão de um técnico americano, Roberto Panero, endossada pelo Instituto Hudson e por seu presidente Herman Kahn, “um novo enfoque sobre a Amazônia”. O novo enfoque consistia em fazer enormes barragens e alargar partes importantes da região, para produzir energia, facilitar a interconexão hidrográfica e estabelecer um “centro de comutação” para informações em algum ponto da Amazônia. Tudo isto à base de moderna

---

<sup>139</sup> Existe enorme bibliografia sobre o “assalto à Amazônia” e sua defesa pelo Brasil. Ver REIS, Arthur César Ferreira, “A Amazônia na atual conjuntura internacional,” *Revista Brasileira de Política Internacional*, março-junho e setembro de 1950. Neste artigo descreve-se a defesa da Amazônia brasileira desde o Império.

tecnologia e “cooperação internacional”<sup>140</sup>. Novamente a reação nacionalista foi forte e, talvez, este episódio seja o antecedente mais imediato – embora não necessariamente causal – para as proposições transamazônicas do governo Médici, na linha de “ocupar o vazio”.

A geopolítica e a noção de vazio demográfico estiveram sempre próximas aos enfoques sobre a Amazônia. Durante o governo Castelo Branco, o governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, estudioso da região e nacionalista convicto, reagiu violentamente à possibilidade de novo assédio favorável à “internacionalização da Amazônia”, que teria sido tentado através da formação de “Centros de Formação de Pessoal”, sugeridos por missão americana, que seriam compostos por especialistas estrangeiros. O próprio presidente da República teve de reafirmar em 14/05/1965 seu apoio ao Instituto de Pesquisas e Experimentos Agrônômicos do norte (IPEAN) e sua decisão de evitar a instalação de congêneres estrangeiros. A embaixada americana também se viu obrigada, dados os protestos, a desmentir que a proposta, que fora referendada pela USAID, tivesse qualquer caráter de intromissão externa.

De igual modo, a compra de terras por estrangeiros na Amazônia sempre foi encarada com suspeita (embora nunca coibida) chegando a dar margem, em 1968, a uma C.P.I. no Congresso. Foi a partir destes antecedentes que o governo Castelo Branco propôs, em agosto de 1965, as linhas mestras da política de ocupação da região, depois modificadas, como vimos, pelo governo Médici.

A ideia correlata à de “perigo externo”, que parece ter estado sempre presente na problemática da região, diz respeito à “riqueza fabulosa” da Amazônia. São inúmeros os depoimentos que falam neste tema. Cobiça externa, riqueza abundante<sup>141</sup> e, por outro lado, pobreza e excesso de

<sup>140</sup> Sobre o Relatório Hudson, o Grande Lago. Amazônico, as políticas alternativas propostas etc., ver *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano XI, nº. 41-42, março-junho de 1968, que é fonte obrigatória.

<sup>141</sup> Riqueza de solos (que, segundo muitos técnicos, é, no mínimo, um exagero, dada a pequena camada de humo que, sem as árvores e com as chuvas, é lixiviada) e riqueza mineral. Por ex.: o Ministro Cirne Lima falava, em 22/06/72, in *O Estado*, na “utilização racional desta imensa riqueza”. O diretor do DNER, Elizeu Rezende, dizia, em junho de 1970, que “a terra existente entre Altamira e Itaituba, num trecho de 600 km de extensão por 140 km de largura, possui as mesmas características das terras de Dourados, no Mato Grosso, consideradas as melhores do Brasil” (reproduzido in *O Estado*, 11/02/73). Enquanto um grupo de trabalho técnico criado

população noutras regiões constituíram a tessitura do discurso ideológico sobre a Amazônia, não só no último governo, mas desde há muito.

Quais foram os resultados globais do esforço dos últimos cinco anos sobre as condições e o modo de vida das populações amazônicas?

Relatório feito por técnico independente quanto ao efeito da Transamazônica sobre as cidades que ela une descreve uma situação que, longe de ser auspiciosa, é sombria, corroborando as inúmeras notícias da imprensa. Para começar, as principais cidades ligadas na área selvática pela Transamazônica são antigas, de cerca de um século. Suas populações cresceram sob o impacto do auge da borracha e adensaram-se mais tarde, com a “batalha da borracha”. O número de famílias de origem nordestina é grande nestas cidades (Altamira, Itaituba, Humaitá). Elas constituíram-se como pontos de apoio para atividades mineradoras (Itaituba) ou extrativas de seringueira e castanha. Nelas operavam pequenos empresários explorando algum serviço: pequena cabotagem, carga e descarga, alguns serviços de diversão e um núcleo de autoridade local. “A ‘cidade’ é assim constituída essencialmente pelas famílias ligadas aos serviços em questão e por uma população que oscila entre atividades de pura subsistência (pesca essencialmente) e os serviços subsidiários fornecidos aos primeiros”<sup>142</sup>.

O equilíbrio precário destas cidades, assentado na estagnação econômica e na dominação local exercida pelos comerciantes e autoridades (o padre, o juiz, ou um outro letrado), rompeu-se com a construção da Transamazônica. Esta provocou “uma alta desenfreada no custo de vida e aumentou a circulação da moeda”. Entretanto, como os efeitos de demanda por mais e melhores serviços decorreram da aproximação das frentes e de trabalho e da instalação dos órgãos federais, sem que surgissem novas

pela EMBRAPA e pelo CNPq, dizia: “A Amazônia apresenta, para a exploração agrícola, problemas relacionados com a pobreza dos solos, drenagem, custo de adubos, controle de ervas daninhas, pragas, doenças, baixa densidade populacional e pesquisa agropecuária incipiente” (*O Estado*, 09/05/74); e as terras roxas de Altamira ocupam uma área de apenas 50x2 km. Quanto à riqueza mineral (que é provável) as afirmações fizeram-se antes de qualquer resultado do Projeto RADAM.

<sup>142</sup> GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto, “Levantamento sócio-antropológico das condições de ocupação das zonas urbanas da Transamazônica,” mimeo, s.d. e sem numeração. As informações sobre as cidades transamazônicas foram extraídas deste relatório, que constitui subsídio para a elaboração pelo Ministério do Interior de um estudo sobre “Os núcleos urbanos da Transamazônica”. Este último trabalho foi resumido no *Jornal da Tarde*, 26/09/1974.

atividades produtivas, à medida que as “frentes” (e os projetos de colonização) se deslocarem ou diminuïrem de intensidade “diminuirá novamente o fluxo de moeda, a rede de serviços que se estabeleceu para a construção da cidade voltará à ociosidade”<sup>143</sup>.

Não obstante, é impossível voltar ao equilíbrio da estagnação anterior:

No entanto, vários fatores podem impedir o retorno a uma posição de equilíbrio: o hábito da plena ocupação da mão de obra local, a aquisição de novas aspirações, o desaparecimento da antiga relação de clientela para com as famílias tradicionais e a prefeitura, a transferência do assistencialismo das autoridades locais para o assistencialismo dos órgãos federais – mais impessoal e formalizado –, o ingresso numa economia de mercado em que a relação de assistência é substituída por uma relação econômica em que há troca de serviços prestados por moeda e em que os serviços são prestados contra valores estipulados formalmente (e não mais em termos de troca de favores) e, finalmente, a simples alteração da composição da população local, com hábitos alimentares diversos e outros sistemas de valores; tudo isso faz com que a volta ao equilíbrio inicial, quando desaparecerem as fontes de alteração da vida urbana, seja improvável, senão impossível.

O quadro de “desorganização urbana” e anomia parece desabar sobre as velhas cidades adormecidas na selva. Por certo, a população aumenta, como se verá adiante, mas também aumentam a criminalidade, o número de bordéis, a carestia da vida e a alienação do poder local. Este, despreparado para enfrentar as exigências da nova situação, estiola-se e é substituído pelo poder burocrático dos funcionários federais (INCRA, DNER, SUDAM etc.). Cria-se, também, uma nova camada de comerciantes, migrantes recentes, que improvisam serviços para atender às necessidades emergentes. A especulação imobiliária é acelerada e permite a reconstrução de algumas fortunas locais.

A economia agroextrativa tradicional da área era precaríssima: cultura de mandioca, mineração de ouro e coleta de produtos florestais, bem como algo de extração de madeira e beneficiamento de arroz. O comércio fazia-se pelos rios, através dos regatões e baseava-se nas trocas. A Transamazônica alterou este sistema, que de orientado pelos rios passou a

<sup>143</sup> GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto, *op.cit.*

ser parcialmente polarizado pela estrada. Assim, Altamira, que se voltava para Belém, agora dirige-se para Marabá. Itaituba comunica-se com Altamira e Santarém. (“Constatou-se linha de ônibus diários de Santarém para Itaituba e Altamira,” diz o mesmo Relatório de onde extraímos as informações acima.) Humaitá depende de Porto Velho (o que já ocorria desde antes da Transamazônica).

A base econômica das cidades continua sendo extrativa, mas sua polarização é “moderna”, isto é, volta-se para outras cidades e oferece serviços mais complexos.

A ocupação das terras marginais, feita através da colonização oficial, padeceu também de lacunas sérias. Para começar, houve concentração de esforços nas áreas coloniais mais próximas dos centros urbanos. “Atualmente (1974), em uma faixa de 60 km ao longo da estrada em direção ao Xingu, há uma única agrovila, uma única escola ainda não em funcionamento, um posto médico e parte das casas de colonos não foram construídas” (Relatório Guilhon de Albuquerque). Perto de Itaituba a situação era algo melhor (18 escolas para 810 crianças). O atraso nas construções devia-se ao esforço de inaugurar uma rurópolis no entroncamento da Santarém-Cuiabá com a Transamazônica (Rurópolis Presidente Médici).

Além disto, o INCRA optou pela colonização ao longo das vias principais (as estradas vicinais são precaríssimas), criando o problema do deslocamento dos colonos seus filhos para obter serviços sociais. As agrovilas, que deveriam ser núcleos de serviços próximos aos lotes, são pouco numerosas. A polarização da vida agrária acabou exercendo-se pelas poucas e distantes agrovilas e rurópolis, bem como pelas cidades preexistentes.

Outro ponto assinalado por quase todos os observadores foi o “assistencialismo” e o alto custo da colonização. Guilhon de Albuquerque calculou em Cr\$ 30.000,00 o investimento por um colono, sem contar os custos da máquina administrativa do INCRA. Estimativas mais recentes não discrepam deste cálculo<sup>144</sup>, mas comparam-no favoravelmente com o custo do emprego rural gerado pelo sistema dos incentivos fiscais.

<sup>144</sup> Ver PINTO, Lúcio Flávio, “Amazônia, como deter a ocupação?” in *O Estado*, 31/08/75, que fala em Cr\$ 32.000,00 por colono. Entretanto, este jornalista considera esta soma razoável, frente ao custo presumível da “nova estratégia”, ou seja, de abertura das terras à iniciativa

Quando se deixa à margem o aspecto “custo de investimento”, sempre de difícil mensuração e duvidoso alcance para avaliar o êxito da abertura de uma área pioneira (pois em definitivo o que dimensiona o êxito do empreendimento são a ocupação e a rentabilidade futura da região, bem como as condições sociais em que esta se dá) e tenta-se verificar os efeitos da Transamazônica sobre a ocupação rural e a população urbana, os dados que conseguimos são os seguintes:

#### Colonização da Transamazônica (até setembro de 1974)

Projetos em:	Marabá	Altamira	Itaituba	Totais
Famílias	1350	2036	1700	6080
Pessoas	9450	21250	11900	42.600
Casas	314	408	200	–
Famílias sem casa	–	–	–	5160
Pessoas sem casa	–	–	–	36.120

Fonte: *Jornal da Tarde*, 27/09/1974; dados publicados em reportagem de Fernando Morais, “De volta à Transamazônica”.

Embora estes números discrepem de algumas cifras oficiais – antes apresentadas –, não parecem longe da realidade. Ademais, apesar da óbvia conjectura, por exemplo, quanto ao número de pessoas sem casa (7 por família), os dados foram coligidos em fontes oficiais locais<sup>145</sup>.

---

privada. Segundo o autor, a “colonização social” criaria 125.000 empregos. A nova ocupação, através de 327 projetos agropecuários, custará 4 milhões de cruzeiros para cada um dos 60.000 empregos que serão oferecidos, calculando-se que nos próximos 5 anos se invistam 10,5 bilhões de cruzeiros, através da SUDAM e dos incentivos fiscais. Outro cálculo mais recente fala em Cr\$ 50.000,00 gastos pelo INCRA por colono assentado e menciona o gasto de custeio anual da Transamazônica como sendo de 51 milhões de cruzeiros (cf. MORAIS, Fernando, “De volta à Transamazônica,” *Jornal da Tarde*, 26/09/74). Para o autor desta estimativa o quilômetro da Transamazônica teria custado Cr\$ 7.000.000,00 e não os Cr\$ 300.000,00 da estimativa oficial. Os dados sobre o número de colonos efetivamente assentados não são muito precisos. O mesmo repórter Lúcio Flávio Pinto, defendendo a “colonização social”, falou em 15.000 famílias assentadas pelo INCRA em 16 núcleos coloniais, abrangendo 60.000 pessoas, produzindo 35.000 empregos diretos e 60.000 indiretos (*O Estado*, 23/06/74).

<sup>145</sup> Até outubro de 1974, nos três Projetos de Integração e Colonização (PIC) principais, o INCRA teria assentado 6154 colonos, ocupando uma área de 615.400 ha. Foram construídas 29 agrovilas, duas agrópolis e uma rurópolis. Dados em *O Estado*, 02/10/1975, “O homem esquecido lá nos domínios federais”.

Quanto às cidades, as observações e dados coligidos por repórteres, que haviam visitado a zona antes da abertura da estrada, permitem o seguinte resumo:

#### Crescimento Populacional em Algumas Cidades da Transamazônica

Cidades	1970	1974	1975 *
Marabá	–	–	40.000 (no município, inclusive Nova Marabá)
Altamira	5000	18.000	23.000
Rurópolis Presidente Médici	–	1000	1600
Humaitá	1500	8.000	12.000 + ou -
Nova Marabá	–	–	4000 (2 anos de existência)

\* Os dados para 1975 foram extraídos de *O Estado*, 30/09/1975, 01/10/75 e 02/10/75.

A descrição feita pelos repórteres que percorreram a estrada em 1970 e em 1974 mostra que o grande impacto deu-se entre Marabá e Itaituba (km 257 a km 1374 da estrada) e especialmente em Altamira (km 826), onde há melhores terras. A colonização rarefaz-se logo depois de Itaituba. Nas cidades, bem como na agrovila Castelo Branco, no km 303 (povoado de 60 casas), na Agrópolis Brasil Novo (entre Altamira e Itaituba) e na Rurópolis Presidente Médici, no km 1225, existem hospitais, escolas e restaurantes. Há serrarias nas zonas de colonização e, perto de Altamira, no km 960, existe a usina de açúcar Abraham Lincoln, que beneficiará 375 mil toneladas de cana por ano. A usina foi instalada pelo INCRA para aproveitar terras que, em princípio, deveriam dar uma produtividade excepcional de 140 t por ha. Hoje a usina está sendo explorada por um grupo privado.

Para que se tenha uma ideia do efeito da Transamazônica sobre as cidades, convém indicar que Altamira contava com seis estabelecimentos de comércio em 1970 e alcançou 480 em 1974 e possuía 8403 casas em 1975. Itaituba tinha dois veículos, hoje conta com mais de 200 registrados. Possuía uma pequena casa de comércio, agora possui até um supermercado.

Não obstante, esta “febre de progresso”, como se assinalou antes, decorreu mais da presença das empreiteiras e dos órgãos públicos do que de atividades diretamente produtivas criadas na região. Não se deve negar o impacto relativo da estrada sobre estas cidades, mas é preciso ressaltar as ponderações críticas das páginas anteriores. Por outro lado, Itaituba, por exemplo, continua vivendo do extrativismo (borracha, castanha e pau-rosa), que é enviado “para Belém e Santarém pelo mesmo veículo de sempre: o

barco, que não deixou de ser o meio de transporte principal da cidade”. Depois de Itaituba, na direção de Humaitá, a falta de assistência médico-social e a utilização de ex-trabalhadores da estrada pelos seringalistas e, portanto, sua volta ao extrativismo e à economia de subsistência, são reiteradamente constatados (ver *O Estado*, 01/10/1975).

O tráfego entre Itaituba e Humaitá, ou seja, do km 1374 ao km 2556, é diminuto; os repórteres que percorreram a estrada encontraram sete veículos das construtoras ou do governo e um jipe particular. Humaitá não está polarizada pela Transamazônica, como se disse atrás, e tem toda sua ligação econômica com Manaus, ou com o sul, através de Porto Velho, em Roraima. Já o tráfego entre Altamira e as agrovilas é relativamente intenso (cerca de 300 veículos por dia na época da seca).

Em suma, o esforço de colonização foi grande, o resultado em termos de transferir excedente de população do nordeste foi muito magro e apesar disto houve atração mais do que proporcional de migração espontânea, se comparada com a capacidade urbana ou rural de absorção economicamente produtiva da população que migrou. As queixas das autoridades locais e dos funcionários do INCRA quanto às dificuldades para absorver a população migrante são grandes e contínuas.

Além disto, nas áreas que escaparam do controle direto do INCRA com seus Projetos de Integração e Colonização (PIC) o problema da luta pela terra agudizou-se. Especialmente na área de Humaitá, onde havia seringalistas ativos e onde hoje operam empresários do sul, os choques entre posseiros, pretendidos colonos e latifundiários (antigos e novos) são constantes. O responsável pelo INCRA na região declarou que, por falta de recursos, o órgão está demarcando apenas 800.000 ha dos 7.200.000 da área. Isto facilita a criação dos latifúndios. Apesar de que até hoje o limite legal dos 3000 ha por propriedade não foi alterado (apesar das investidas), existem expedientes comuns (colocar os lotes em nome de familiares ou testas-de-ferro) que favorecem a criação de grandes empresas. De acordo com a mesma autoridade, 80% dos proprietários de terras na área de Humaitá são latifundiários (cf. *O Estado*, 01/10/1975). Por outro lado, grupos de especuladores vendem, noutras partes do país, terras que legalmente estão sob controle do INCRA, fazendo com que migrantes lesados se desloquem para a área amazônica em busca do Eldorado inexistente.

Em poucas palavras, o esforço oficial em benefício de uma “colonização social” acabou atraindo mão de obra excedentária que, levando, como os rios, mais água para o mar, engrossou o caudal da superexploração do trabalho em benefício da grande empresa. Seja na zona agropecuária do norte de Mato Grosso e sul do Pará, seja nos latifúndios dos seringalistas ou nas serrarias que brotam legal ou ilegalmente um pouco por toda a parte, reanimando o extrativismo da madeira<sup>146</sup>, a mão de obra barata, desprotegida e errante encontra no empresário o complemento necessário para transformar a migração, pela via da exploração, em elemento dinamizador da acumulação.

Por caminhos transversos, a ideologia integradora e cheia de compaixão pelo nordestino e pela redenção do homem amazonense acabou, como no passado, dinamizando mecanismos que, longe de atender os objetivos sociais da colonização, preencheram necessidades de expansão econômica. Estado e grande empresa, atuando a níveis diversos, terminaram por encontrar-se na senda batida da acumulação rápida através da espoliação dos trabalhadores.

---

<sup>146</sup> Não cabe aqui aprofundar a análise da exploração econômica da madeira. Neste aspecto, existem tanto os entusiastas da riqueza florestal da Amazônia, como, por exemplo, Egon Glesinger, técnico da FAO que escreveu um relatório, “Uma ruptura no front de matérias-primas, plantações e indústrias no Brasil,” onde discute o caso especial da Amazônia e, muito particularmente, o caso do reflorestamento do Jari. Este técnico defende com entusiasmo a derrubada da floresta nativa e sua substituição por melina e pinheiros. Minimiza os riscos ecológicos e mesmo o emprego das queimadas. Ocorre que, em sua ânsia apologética, viu muitos pequenos povoados “compostos de casas com boa aparência, escola, hospitais, etc.”. (p. 35). Falou até em “Acrópolis” (?). Qualificou de “boatos” as condições insatisfatórias de trabalho e os baixos salários do Jari, mesmo porque, se tal fosse o caso, “os empregados simplesmente iriam embora”. É de esperar, pois, que o técnico em sua área específica de competência seja menos ingênuo do que na análise sociológica... Por outro lado, existem outros especialistas que vêem em cada árvore derrubada um risco ecológico. É difícil crer, mesmo sendo leigo, que a penetração racional na floresta constitua um risco insuportável. Ocorre, entretanto, que esta se faz desordenada e rapidamente, especialmente no caso dos empresários privados. Isto é mais verdade ainda no extrativismo da madeira. E, sobretudo, faz-se ao preço de uma superexploração da mão de obra, como documentamos neste Relatório, embora tal processo não tenha sido desejado pelas autoridades (especialmente militares) de forma consciente, nem tenha resultado da ação direta do INCRA. Indireta e inconscientemente, a imprensa, a propaganda e a necessidade de abrir frentes para a acumulação econômica privada transformaram a política de valorização da Amazônia numa política de valorização do capital.

Diante da evidência desta situação, alternativas começaram a ser discutidas e apresentadas. Especialistas da região tentaram alertar as autoridades, desde o início do processo de dinamização da ocupação da Amazônia, para o fato de que se a imigração seria básica para resolver aspectos da ocupação e valorização da região, era preciso examinar que tipos de imigrantes deveriam ser atraídos e quais as condições locais para absorvê-los, especialmente no que se refere à existência efetiva de planos de desenvolvimento regional<sup>147</sup>.

Com o desencadeamento das políticas de ocupação e valorização dos anos 70, a consciência de que algo do que fora no passado o patrimônio cultural da adaptação do homem à floresta úmida começava a perder-se provocou reações contra a alienação técnico-cultural em que se baseava a estratégia de penetração da Amazônia. As distorções econômicas e ‘sociais – algumas das quais foram apresentadas em capítulos anteriores – somadas àquele sentimento, motivaram crítica persistente. Característica disto foi a crítica feita por empresários locais, durante a visita à Amazônia, do General Geisel, quando candidato indicado à Presidência. Associações empresariais encaminharam ao futuro presidente um relatório feito pelo economista Armando Mendes e colaboradores, denominado “A Invenção da Amazônia”<sup>148</sup>.

Neste capítulo, que se destinou a fornecer subsídios para o capítulo sobre a Amazônia do Plano Nacional de Desenvolvimento para 1975/79, percebe-se uma revolta contra a substituição do interesse em torno das condições sociais e morais de vida na região por uma sistemática que substituiu a “meta homem” pelo crescimento do PIB. Mais ainda, os autores denunciavam, sem usar esta expressão, o colonialismo interno de que a Amazônia é vítima. Partindo da ideia de uma deterioração continua nos termos de intercâmbio entre a região norte e o resto do Brasil (em 1960 as exportações eram de Cr\$ 16.243,13 e as importações de Cr\$ 20.198,20, em 1970 estas cifras eram, respectivamente, de Cr\$ 502.950,00 e 956.745,00), que se teria acentuado com o PIN, os autores expressam:

---

<sup>147</sup> Ver, por exemplo, TUPIASSU, Amílcar Alves, *O processo demográfico da Amazônia*, série “Documentos Breves,” do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, conferência pronunciada em 07/06/1968, esp. pp. 18 e ss.

<sup>148</sup> MENDES, Armando, com a colaboração de Jean Hebertte, Edna Maria Ramos Castro e Roberto da Costa Ferreira, “A invenção da Amazônia,” Belém, fevereiro de 1974, mimeo. Este relatório foi resumido também em *Opinião*, n.º 78, maio de 1974.

A sucção da reduzida renda regional (e, especificamente, das escassas poupanças que dela são obtidas) por meio de um *processo de dominação*, que se expressa economicamente através de mecanismos de duas espécies: a) mecanismos de dependência, na medida em que se processa a fuga da renda gerada na região, por exemplo, através de termos de intercâmbio a estas desfavoráveis; b) mecanismos de vazamento, enquanto os montantes da renda não consumidos vão gerar investimentos fora da região (p. 15).

Além de criticar a dominação do centro-sul sobre a região e de afirmar que os dois mecanismos acima anulam em grande parte os esforços realizados para ocupar e desenvolver o extremo norte, os autores insurgem-se também contra a ideologia falaciosa dos “espaços vazios”, numa área de crescimento desigual mas na qual existem importantes adensamentos urbanos, denunciam os estereótipos sobre a indolência do caboclo e criticam a ideia de que na região teria havido “sociedades falhadas” e, portanto, que o desenvolvimento regional é inviável.

Em decorrência, propõem objetivos estratégicos que deveriam motivar políticas eficazes para “salvar aquelas populações e as novas (imigradas)”, mais do que apenas aumentar o estoque populacional da região. Tais políticas requereriam a formulação de um efetivo modelo econômico baseado nas potencialidades locais e na *invenção* de uma “tecnologia tropical”. Criar-se-iam desta maneira os meios para que, segundo os atores, a região se auto-suprisse de alimentos, matérias-primas e bens de produção, em vez de aumentar sua dependência e piorar as condições de vida da população através da política de incentivos fiscais, que desenvolve um setor agropastoril e um conjunto de enclaves mineiros, em benefício de outras regiões ou países.

Outros relatórios foram preparados por empresas consultoras visando a prestar subsídios ao mesmo PND-II. A tônica deles não discrepa, na parte crítica, das conclusões óbvias a que a avaliação da aventura amazônica dos anos setenta levou a maioria dos observadores: é preciso desestimular a imigração indiscriminada a curto e médio prazos, para evitar que a falta de capacidade real de absorção produtiva termine por oferecer novos tipos de flagelados à superexploração privada. Os projetos oficiais de colonização, que caminham necessariamente de forma lenta, têm um efeito de demonstração eficaz sobre a migração espontânea, “incham as cidades”, multiplicam os “tapiris” da pobreza rural. Melhor do que estabelecer um



“mórbido regime de trocas de doenças, contraindo (os migrantes) alguma que não tinham (malária, febre negra de Lábrea) e transmitindo outras estranhas ao ambiente (esquistossomose), seria aproveitar as populações locais nos projetos de desenvolvimento, elevando seu nível de vida”. Embora sem aceitar a tese extrema da autarquização, como a sugerida no Relatório Armando Mendes, não se deveria pensar a Amazônia em termos do que ela não possui (uma oferta abundante de terras férteis), nem como mero pretexto para que bons negócios se realizem na região.

Não obstante a nova enxurrada de boas intenções geradas pela crítica do período inicial do governo Geisel à política anterior, os fatos continuam apontando que mais forte que a boa consciência são os interesses enraizados do grande capital. Como se viu em páginas anteriores, a nova política oficial, proposta enfaticamente por vários ministros e defendida no Senado pelo ministro da Agricultura, para quem não há êxito econômico fora das grandes unidades produtivas com “mentalidade empresarial”, repousa na penetração das grandes empresas na Amazônia. O ministro não se pejou sequer de fazer referências ao desmatamento provocado pelos colonos e à prática de “paupérrimas culturas de subsistência”<sup>149</sup>.

Fecha-se, assim, o ciclo: A vítima passa a ser causadora dos males da região e a “nova solução”, quase tão velha como a Sé de Braga, será a “mentalidade empresarial”, a acumulação privada beneficiada pelos incentivos do Estado e pela exploração de uma mão de obra carente de quase todas as condições capazes de fazer dela algo mais que o velho e sofrido *instrumentum vocalis* dos tempos da escravidão.

---

<sup>149</sup> Ver, para mais detalhes e para uma visão de conjunto, GOMES, Marcos, “Reverendo a Solução Mágica,” *Opinião*, n.º 84, junho de 1974. Para comprovar que as queixas antigas permanecem, ver a matéria de *O Estado*, “O homem esquecido, lá nos domínios federais,” já citada. Deste artigo veja-se o seguinte trecho: a Transamazônica “não alterou a situação no meio rural, onde os latifúndios – formados à base da violência – apenas estão mudando de dono. De qualquer forma, continuam impedindo acesso à terra de maior número de camponeses”. Para suprir de mão de obra a usina Abraham Lincoln (hoje explorada pela Empresa Zanini Equipamentos Pesados S.A., sob gerência do Cel. Câmara Senna, ex-superintendente da SUDAM), cogita-se levar, de caminhão, dois mil homens do interior de São Paulo. Se a usina produzir 600.000 sacos, 10.000 homens serão necessários para o corte da cana. Não haverá problema, pois os bóias-frias (trabalhadores volantes) “poderão ser trazidos em caminhões do nordeste para a Amazônia, repetindo o clássico modelo da região sul do Pará, onde mais de 200 mil peões não têm relações de trabalho estáveis nas fazendas instaladas com recursos dos incentivos fiscais”.